



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

PROJETO DE LEI Nº 015, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

(Autoria: Poder Executivo)

Autoriza o Município a celebrar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário Pró-Segurança de Garibaldi – CONSEPRO e a repassar auxílio financeiro para custear despesas de manutenção de veículo de patrulhamento ostensivo da Brigada Militar.

Art. 1º. Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Garibaldi - CONSEPRO.

Parágrafo único. O Termo de Convênio de que trata o *caput* deste artigo é parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Fica o Município autorizado a repassar auxílio financeiro ao CONSEPRO, inscrito no CNPJ sob o nº 90.876.418/0001-50, no valor de até R\$ 7.720,00 (sete mil, setecentos e vinte reais).

Parágrafo único. O recurso será aplicado para manutenção de veículo a ser realizada pelo CONSEPRO, destinado à viatura de uso exclusivo da Brigada Militar, nos patrulhamentos do Município, conforme descrito na Cláusula Primeira do Convênio.

Art. 3º. A entidade deverá apresentar a prestação de contas em até 90 (noventa) dias da efetivação do repasse, conforme Plano de Trabalho apresentado.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por Dotação Orçamentária própria.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL PILAR, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

LUCIANO CONTINI
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

TERMO DE COLABORAÇÃO N.º _____

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORONEL
PILAR E O CONSELHO COMUNITÁRIO
PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA DE
GARIBALDI – CONSEPRO**

1º COLABORADOR: MUNICÍPIO DE CORONEL PILAR, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Av. 25 de Julho, n.º 538, centro nesta cidade de Coronel Pilar – RS, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.215.013/0001-39, adiante denominado simplesmente de 1º COLABORADOR.

2º COLABORADOR: CONSELHO COMUNITÁRIO PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA, com sede em Garibaldi – RS, na Av. Perimetral Leo Antônio Cisilotto, n.º 897, Bairro São José, CEP 95.720-000, telefone 54 3462 6779, e-mail: secretaria@conseprogaribaldi.com.br, inscrita no CNPJ sob o n.º 90.876.418/0001-50, adiante denominada simplesmente de 2º COLABORADOR, representado pelo seu Presidente, Sr. Aloísio De Nardin, inscrito no CPF sob o n.º 000.266.320-12

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO, conforme as cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente convênio o repasse de recursos públicos destinados a manutenção de veículo de uso exclusivo da Brigada Militar, nos patrulhamentos do Município, nos termos do projeto apresentado, visando proporcionar melhor atendimento aos munícipes no patrulhamento ostensivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

2.1. O 2º COLABORADOR terá o prazo até 31-06-2021 para concluir a manutenção, contados da data do repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor do repasse a ser realizado pelo 1º COLABORADOR será de R\$ 7.720,00 (sete mil, setecentos e vinte reais reais), conforme solicitação apresentada.

3.2. O pagamento do valor do repasse pelo 1º COLABORADOR se dará em uma única parcela, através de depósito judicial em conta de titularidade do CONSELHO COMUNITÁRIO PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA DE GARIBALDI – CONSEPRO, sob a responsabilidade do seu Presidente/2º COLABORADOR em 10 (dez) dias após a assinatura deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – FISCALIZAÇÃO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

4.1. O 2º COLABORADOR executará fielmente o objeto deste convênio, em estrita obediência ao plano de trabalho apresentado, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES

5.1. O 2º COLABORADOR fica obrigado a prestar contas da utilização do valor recebido, a título de repasse, conforme acordado neste Termo de Convênio, no prazo máximo de 90 (noventa dias) da efetivação do repasse.

5.2. O 1º COLABORADOR fica obrigado a disponibilizar o valor na forma prevista no item 3.2.

5.3. Emitir pareceres, quando couber, em todos os atos relativos à execução do convênio, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações.

5.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo 2º COLABORADOR e exigir a prestação de contas, verificando o fiel cumprimento do objeto do convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Respeitadas as disposições deste Termo de Convênio, independentemente de transcrição, passam a fazer parte integrante deste instrumento e terão plena validade entre as partes conveniadas, o Edital de Chamada Pública e a proposta do Plano de Trabalho do 2º COLABORADOR.

6.2. Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no presente Termo de Convênio, o 2º COLABORADOR deverá devolver os recursos recebidos, devidamente corrigidos pela variação do IGP-M, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês desde a data do recebimento.

6.3. Caso haja destinação diversa do recurso repassado pelo Município, deverá ser restituído com IGP-M e juros de 1% ao mês desde o repasse, acrescido ainda de multa de 20%, ficando a entidade impedida de receber recursos públicos pelo prazo de 02 anos, contados do total reembolso ao ente municipal.

6.4. Este Termo de Convênio poderá ser rescindido unilateralmente de comum acordo e, também, alterado mediante a celebração de termos aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Garibaldi/RS, para dirimir quaisquer litígios deste Termo, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja. E, por estarem juntos e conformes, firmam o presente instrumento em três vias, que, lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Coronel Pilar, _____ de 2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

Luciano Contini

Prefeito Municipal
1º COLABORADOR

Aloísio De Nardin

Presidente do CONSEPRO
2º COLABORADOR

TESTEMUNHAS:

CPF

CPF



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO PROJETO DE LEI N° 015/2021

Excelentíssima Senhora Presidente,

Nobres Vereadores(as):

O presente projeto de lei visa celebrar com o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública – CONSEPRO para promover melhorias na viatura que atende nosso Município.

O CONSEPRO é um Conselho formado por cidadãos que buscam amparar da melhor forma todos os órgãos de segurança que atendem à comunidade, aproximando a comunidade das “Forças de Segurança”, constituindo uma entidade sem fins lucrativos.

Existe a necessidade de manter uma viatura robusta para fazer patrulhamento ostensivo e manter a sensação de segurança aos que vivem neste Município, especialmente neste momento em que se faz forte a necessidade de fiscalização e combate àqueles que desrespeitam as normas sanitária para combate da COVID-19.

Ressalta-se que a segurança é dever do Estado *lato sensu*, direito e responsabilidade de todos, inclusive do Município e de seus munícipes.

Por estas razões e observando-se o agir do Estado do Rio Grande do Sul, que infelizmente, não consegue atender a todos os órgãos, faz-se necessário estabelecer uma parceria que seja diretamente proveitosa para o Município de Coronel Pilar, sob fiscalização deste, através da presente Lei.

Na certeza da compreensão de Vossas Senhorias, encaminhamos a presente proposta para a elevada consideração e apreciação desta Casa, ficando no aguardo de sua aprovação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL PILAR, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

LUCIANO CONTINI

Prefeito Municipal